

DOI: 10.18468/rbli.2020v3n2.p28-39

## A Ortografia Mundurukú em Questão: uma proposta de adaptação com foco em não falantes

Mundurukú Orthography in Question:  
a proposal of adjustment with focusing on nonspeakers

Edilson Pinheiro  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Maria de Nazaré Duarte  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Gessiane Picanço  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

**Resumo.** A instituição da escrita em comunidades indígenas brasileiras tem aumentado nas últimas décadas, podendo ser uma importante aliada para o fortalecimento, a manutenção e a revitalização dessas línguas, desde que respeitem diversos fatores linguísticos e extralinguísticos. Neste artigo, discutiremos a ortografia da língua Mundurukú (Tupí) que, por ter sido elaborada inicialmente com fins religiosos, foi pensada mais para os falantes nativos da língua do que para os não falantes. Por essa razão, traços suprasegmentais da língua falada, não representados na escrita, têm se tornado uma barreira no aprendizado da língua na comunidade Mundurukú da Terra Indígena Kwatá-Laranjal, no Amazonas, onde todos são monolíngues em Português. Isso nos motivou a elaborar uma proposta em direção à preparação de materiais pedagógicos para o ensino da língua nessa comunidade, cujos descendentes lutam para retomar a língua ancestral. Trata-se da elaboração de um vocabulário que inclui sinais gráficos para marcar os tons e a laringalização, dois traços suprasegmentais contrastivos na língua, que, na ortografia Mundurukú, não são sinalizados. Para falantes nativos, a ausência dessas marcações não parece afetar seu aprendizado; porém, para os Mundurukú do Amazonas, que falam apenas o Português, uma língua acentual, não ter qualquer pista dessas características compromete sua eficácia. Portanto, propomos uma forma de representá-los ortograficamente usando dois diacríticos, o acento agudo, para marcar as vogais de tom alto, e o acento grave, para marcar as vogais laringalizadas. A principal função desta adaptação é promover exclusivamente a aquisição do léxico, portanto, não se trata de uma mudança definitiva na ortografia da língua. Neste assunto, consideramos várias implicações com a decisão de adotar ou não sinais gráficos para essas características suprasegmentais.

**Palavras-chave:** Mundurukú; Ortografia; Suprasegmentos.

**Abstract.** The development of orthographical systems in Brazilian indigenous communities has increased in the last decades, and can be an important tool for language strengthening, maintenance and revitalization, as long as they respect several linguistic and extralinguistic factors. In this paper, we will discuss the spelling system of Mundurukú (Tupí). Because it was initially developed with religious purposes, it targets more native speakers than non-speakers. For this reason, suprasegmental features of the spoken language, which are not represented in writing, have become a barrier to language learning in the Mundurukú community of the Kwatá-Laranjal Indigenous Land, in Amazonas, where everyone is monolingual in Portuguese. This motivated us to elaborate a proposal towards the preparation of pedagogical materials to facilitate language teaching in the community, whose descendants struggle to rescue the ancestral language. It refers to the elaboration of a vocabulary that includes graphic signs to mark tones and creakiness, two contrasting suprasegmental features in the language, which are not marked in the Mundurukú orthographical system.

For native speakers, the absence of tone marking does not seem to affect their learning; however, for the Mundurukú of Amazonas, who speak only Portuguese, a stress language, not having any clue of these features compromises its effectiveness. Therefore, we propose a way to represent them orthographically by using two diacritics, the acute accent, to mark high tone vowels, and the grave accent, to mark creaky vowels. The main function of this adaptation is to promote exclusively the acquisition of the lexicon, thus, it is not a question of any definitive change in the language's orthography. In this matter, we consider several implications involved in the decision to adopt or not graphic marks for suprasegmental features.

**Keywords:** Mundurukú; Orthography; Suprasegmentals.

## 1. Introdução

Nas últimas décadas muitas línguas indígenas brasileiras deixaram de ser ágrafas e passaram a ter seus próprios sistemas de escrita. A instituição de um código escrito é importante para ações de fortalecimento, manutenção e revitalização de línguas, permitindo a preparação de materiais didático-pedagógicos, o desenvolvimento de um currículo e de cursos para o ensino da língua (LÜCKE, 2011). No entanto, para ter eficácia plena, o pesquisador deve considerar, ao elaborar uma proposta ortográfica, uma série de fatores sociais, históricos, culturais, religiosos e, também, linguísticos, além de envolver toda a comunidade nas diferentes etapas da elaboração do sistema ortográfico (GRENOBLE; WHALEY, 2006). Muitos desses projetos de elaboração e implementação da escrita em uma comunidade indígena têm como objetivo a doutrinação religiosa, em vez da educação escolar, o que, aliás, faz com que ela seja eficiente em um contexto mas não em outro. Esse foi o caso do Mundurukú, cuja escrita foi planejada para falantes nativos, mas perde um pouco da sua eficiência no ensino da língua para não falantes, que desejam resgatar a língua de seus antepassados.

O Mundurukú, pertencente à família de mesmo nome, tronco Tupí (RODRIGUES, 1986), é a língua de um povo localizado sobretudo nos estados do Pará, região do rio Tapajós, onde vive a maior parte da população, e do Amazonas, região do rio Madeira, na Terra Indígena Kwatá-Laranjal. A vitalidade da língua nessas duas regiões é bastante adversa. Entre os Mundurukú do Pará, ela está preservada, sendo ainda o principal meio de comunicação diária, usada por todas as gerações, incluindo crianças, que a adquirem como primeira língua. No Amazonas, a situação é oposta: o Mundurukú já foi integralmente substituído pelo Português, sendo a única língua utilizada na comunidade há pelo menos três gerações (PICANÇO, 2012; FRANCÊS JR., 2014). Os poucos anciãos que a adquiriram na infância, hoje provavelmente com idade superior a 80 anos, não conversam entre si e nem em seu ambiente familiar (BORELLA; SANTOS, 2011). Isso colocaria a língua, nessa comunidade, no último estágio de risco, considerando a Escala Nivelada de Interrupção Intergeracional proposta por Fishman (1991), em que os usuários são todos anciãos e a língua precisa ser restaurada em suas memórias.<sup>1</sup>

Nas últimas duas décadas, a comunidade do Kwatá-Laranjal tem se empenhado no resgate da língua de seus antepassados, sobretudo através da instrução formal, dentro e fora das escolas, com o auxílio de materiais pedagógicos. No entanto, essas iniciativas estavam sempre atreladas a cursos de formação de professores indígenas. Uma delas foi o projeto Kabia'ra, iniciado em 2000 e concluído em 2005, o qual é uma extensão do programa de formação continuada Pirayawara, promovido pela Secretaria

1. A literatura sobre vitalidade de línguas conta com diferentes escalas (por exemplo, UNESCO, 2003; LEWIS; SIMONS, 2010), sendo o estudo de Fishman (1991) considerado inaugural.

de Educação do Estado do Amazonas (SEDUC/AM). Mais tarde veio a Licenciatura para Formação de Professores Indígenas – Turma Mundurukú, entre os anos de 2011 e 2016, implementado pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Nesse curso, alguns alunos eram do Pará, todos falantes nativos de Mundurukú, o que permitiu um contato mais direto com a língua falada.

Em 2017, após uma série de oficinas realizadas na comunidade Kwatá, nasceu o programa Ya'õ Etabêgã – Língua Viva!, um projeto de retomada da língua na T.I. Kwatá-Laranjal, independente de cursos de formação de professores, como os anteriores, e que prevê 04 ações principais, selecionadas pela comunidade: ensino de Mundurukú para jovens e adultos; ensino de Mundurukú para crianças; Aprendizado autônomo, para a população geral da comunidade; e a Casa da Língua, espaço simbólico para reunir o acervo do patrimônio material e imaterial dos Mundurukú. É nesse contexto que o presente estudo está inserido.

Em 2019, deu-se início ao Curso Língua Viva! – Mundurukú para Jovens e Adultos<sup>2</sup>, que prevê 120 horas de ensino da língua e a elaboração de materiais didático-pedagógicos, com intuito de promover também a aprendizagem autônoma e a transmissão do conhecimento adquirido. A primeira etapa do Curso foi realizada no período de 05 a 12 de dezembro de 2019, para uma turma de 45 alunos, entre 15 e 50 anos de idade, de diferentes localidades. Foi durante o Curso que se percebeu a dificuldade dos alunos em compreender duas características importantes do Mundurukú falado, não marcadas na escrita: os tons e a laringalização, ambos com valor distintivo na língua (BRAUN; CROFTS, 1965; PIKANÇO, 2005). Laringalização é um tipo de voz “crepitante”, causada pela vibração irregular das cordas vocais (CATFORD, 1964; GORDON; LADEFOGED, 2001); e os tons referem-se ao uso de *pitch* (altura melódica) para distinguir itens lexicais ou gramaticais (PIKE, 1948; HYMAN, 2011). Apesar de a língua já ter uma ortografia reconhecida, a escrita não incorpora essas particularidades da língua falada, fazendo com que o ensino dependa de falantes nativos, com os quais, infelizmente, a comunidade não pode contar.<sup>3</sup> Por essa razão, a principal fonte de aprendizado da língua, por enquanto, é restrita a materiais pedagógicos.

A dificuldade em entender o funcionamento desses suprasegmentos é natural, pois os alunos são todos monolíngues em Português, que é uma língua acentual e de fonação unicamente modal na articulação das vogais; mas ela teve efeito negativo na retenção do vocabulário e, conseqüentemente, no aprendizado da língua. Como apontado por Wilkins (1972, p. 111-112), “embora sem gramática muito pouco possa ser transmitido, sem vocabulário nada pode ser transmitido”. Para auxiliar nesse aprendizado, está em curso a preparação de um vocabulário básico, com uma leve adaptação na escrita, de modo a sinalizar os tons e a laringalização. O vocabulário é constituído de palavras de alta frequência e dividido em categorias específicas, levando-se em consideração a cultura do grupo como, por exemplo, nomes de animais, plantas, frutas, partes do corpo, termos de parentesco, elementos da natureza e produtos culturais. Nele propõe-se o uso de dois diacríticos, o acento agudo e o acento grave, para representar os tons e a laringalização, respectivamente. Essa marcação experimental é uma

2. O Curso Língua Viva! é coordenado e assessorado pela Profa. Gessiane Picanço (UFPA), com apoio da Coordenação de Processos Educativos-COPE/FUNAI, DF. As aulas contam sempre com o auxílio de um professor Mundurukú, falante nativo da língua; na primeira etapa, foi o professor Celso Tawe Mundurukú, que trabalha com o ensino básico em sua aldeia de origem. Duas outras etapas estavam previstas para ano de 2020, porém precisaram ser canceladas por conta da pandemia de Covid-19.

3. Algumas lideranças da TI Kwatá-Laranjal têm tentado conseguir a contratação, através do governo municipal, de alguns professores do Pará para o ensino de Mundurukú nas escolas locais, mas, até o momento, ainda não tiveram êxito.

modificação da ortografia padrão, desenvolvida por missionários do *Summer Institute of Linguistics* (SIL), na década de 1960, tendo Marjorie Crofts como a principal condutora desse trabalho. Crofts decidiu não incluir, na escrita Mundurukú, sinais gráficos que sinalizassem os tons e a laringalização, por motivos que serão discutidos mais adiante.

## 2. Os tons devem ser grafados em uma língua tonal?

A questão sobre grafar ou não os tons foi levantada por Crofts (1976) e dizia respeito à ortografia elaborada para a língua Mundurukú. Há três suprassegmentos importantes na distinção de itens lexicais: a nasalidade, a laringalização e os tons. Braun e Crofts (1965) propuseram um sistema tonal de quatro níveis tonais, indicados por números: 1-alto, 2-médio-alto, 3-médio-baixo e 4-laringalização. Quando marcados ortograficamente, esses números são sobrescritos após cada sílaba da palavra (p. ex.,  $a^2ko^3ba^4$  'banana'). Mas isso só é possível de ser visto em materiais de cunho mais linguístico, e não nos materiais para o ensino da língua; nestes tem-se a ausência de marcadores tonais (p. ex.,  $akoba$ ).

Crofts (1976) esclarece os motivos que justificariam a não marcação dos tons e da laringalização na ortografia prática da língua. Segundo a autora, apesar de o tom ser um traço contrastivo da língua, a baixa carga funcional é um dos fatores que mais tornam a marcação do tom na ortografia um recurso desnecessário, já que

Nós logo percebemos que a carga funcional do tom era extremamente leve. Na verdade, perguntamo-nos se valeu a pena todo o trabalho de estudar o sistema tonal, já que nós podíamos ser entendidos 99% do tempo, quer falássemos ou não com o tom correto. (CROFTS, 1976, p. 128. Trad. nossa)

Ainda de acordo com Crofts, foram produzidos materiais sem a marcação tonal, para teste na comunidade do rio Cururú, no Pará. O resultado foi que os falantes não tiveram dificuldade em ler textos sem o tom marcado, o que fez com que essa fosse a decisão final. Além desse teste, são também apresentados alguns argumentos que justificariam a não marcação dos tons.

Um deles é que grande parte dos pares mínimos seria formada por itens de classes gramaticais diferentes (p. ex.,  $\beta ku^2$  'roça de alguém' e  $\beta ku^3$  'algo é/está gostoso') e, portanto, esses pares não seriam confundidos na escrita. Quanto àqueles de mesma classe gramatical, Crofts argumenta que estão sujeitos a diferentes restrições morfológicas e sintáticas. Por exemplo, no par  $dat^4$  'vômito' e  $dat^3$  'escorpião', o primeiro é um nome que quase sempre ocorre com um possuidor e o segundo nunca é possuído, assim não haveria risco de qualquer ambiguidade; ou  $i^2hi^2$  'inverno' e  $i^2hi^4$  'um pássaro pequeno', que não selecionam as mesmas partículas relacionais:  $kay^2/be^3$  'em direção a/em' podem ocorrer com 'pássaro', mas não com 'inverno'. Quanto aos tons com peso gramatical, como verbos que diferem a 1ª da 3ª pessoa do singular apenas pelo padrão tonal (p. ex.,  $o^3ya^3o^2ka^3$  'eu o matei' e  $o^3ya^2o^2ka^3$  'ele o matou'), o argumento é que a 3ª pessoa ocorreria mais frequentemente acompanhado de um pronome ou de um nome.

Por fim, Crofts diz que a maior parte dos pares com probabilidade de gerar dupla interpretação em decorrência da homografia como, por exemplo,  $e^2$  'caminho' e  $e^3$  'tabaco/cigarro';  $o^3da^3xi^2jo^3$  'minha sogra' e  $o^2da^3xi^2jo^3$  'ele me salvou', não resistiria ao contexto. No entanto, o contexto a que Crofts se refere é o de sentenças específicas de textos religiosos (p. 133): "Reconhecemos cedo esse problema no nosso trabalho de tradução, já que Marcos 1.2 seria interpretado "prepare o tabaco para o Mestre" (...)

Decidimos, porém, que o contexto não permitiria o significado “tabaco/cigarro”. Fica, assim, evidente que a finalidade principal da escrita era religiosa, não seu ensino. Percebe-se isso na estrutura usada para justificar a não marcação do tom em pares com potencial ambigüidade. Essa estrutura se repete com todos os pares que citamos acima. Vejamos um exemplo:

(g) *wũy3* “longe” e *wũy2* “porto” pode ser ambíguo em João 21.8 “eles não estavam muito longe da terra”, a qual é traduzida “não tão distante da terra onde estavam”. Porém, *wũy3* “longe” está em uma pequena classe de palavras locativas que nunca ocorre com uma palavra relacional, enquanto *wũy2* “porto” é um nome e sempre leva um relacional, p. ex., *wũy3 ka3pu3rũη2 wi3* “uma longa distância da terra” versus *wũy2 bez o3pop2* “o porto está em”. *Wũy3* também ocorre aproximadamente 90% das vezes com *ma1* “ênfase”. (CROFTS, 1976, p. 132. Trad. nossa)

As explicações que sustentam a não marcação do tom não levam em consideração o ensino-aprendizagem do Mundurukú, principalmente para os não falantes da língua, como os Mundurukú do Amazonas. Esse grupo já era de conhecimento da autora, como pode ser conferido no artigo *Notas sobre dois dialetos do Mundurukú* (CROFTS, 1967).<sup>4</sup> Nele Crofts reconhece a existência de dois dialetos da língua, um no Pará e outro no Amazonas, e suas respectivas situações sociolinguísticas: este, com apenas seis ou oito falantes, e aquele com situação estável com respeito ao número de falantes e os contextos de uso da língua. Com base nisso, a comunidade onde a pesquisadora atuava, no Pará, era fluente em Mundurukú e, obviamente, apresentaria resultados satisfatórios a testes que envolvessem o conhecimento da língua.

Por um lado, sinalizar os quatro tons estipulados para a língua na época não teria sido uma tarefa fácil porque exigiria um número excessivo de diacríticos na produção de materiais impressos. Mesmo nos dias atuais, essa é uma questão bastante debatida e ainda considerada um desafio (cf. ROBERTS, 2011; SEIFART, 2006). Por outro lado, não podemos esquecer que os primeiros materiais produzidos para os indígenas, por meio dos quais a ortografia prática do Mundurukú começou a se consolidar, foram produzidos para falantes fluentes da língua. Estes não mostraram dificuldades com relação a isso, uma vez que conhecem e usam diariamente a língua. Mas é diferente para os não falantes da TI Kwatá-Laranja; não marcar o tom traz como consequência a dificuldade de aprendizado da língua por meio da escrita para os não falantes.

### 3. Uma proposta de escrita adaptada para ensino do vocabulário

A contribuição de Crofts para a língua Mundurukú é importante e extensa (1967, 1973, 1976, 1985 etc.), mas há trabalhos mais recentes que merecem igual destaque. Um deles é o de Picanço (2005), que traz um estudo detalhado da fonética e da fonologia da língua. Nesse estudo, diferentemente da proposta de Braun e Crofts (1965; Crofts, 1976), Picanço defende que o Mundurukú tem apenas dois níveis tonais, alto e baixo; a laringalização, tratada inicialmente como o mais baixo nível tonal, é, na verdade, um traço das vogais da língua, tal como a nasalidade, e mostra que as vogais laringalizadas comportam-se como as modais de tom baixo. Qualquer um dos três suprasegmentos (nasalidade, tom e laringalização) tem valor distintivo, ou seja, pode ser usado para distinguir significados, como mostram os exemplos a seguir. Em (a) tem-se o contraste entre vogal oral e nasal; em (b), entre tom

4. Crofts (1973) relata que visitou primeiramente um grupo Mundurukú no Amazonas, entre 1961 e 1962, e só depois fixou residência em uma aldeia Mundurukú do Pará, lá permanecendo até o final dos anos 1980.

alto e baixo; e em (c), o de laringalização.<sup>5</sup> As formas correspondentes na grafia da língua são dadas na coluna à direita.

a)	/-wəj/	'lavar'	<wuy>
	/-wěj/	'flechar'	<wŷy>
b)	/i-é/	'caminho dele'	<ie>
	/i-e/	'tabaco dele'	<ie>
c)	/wida/	'barro'	<wida>
	/wɨdɔ/	'onça'	<wida>

Dando destaque às formas ortográficas, vemos que, dos três suprasegmentos capazes de gerar contraste, somente a nasalidade é sinalizada na escrita, pelo til: *wuy* 'lavar' e *wŷy* 'flechar'; já as palavras que se distinguem por tom ou laringalização são homógrafas: *ie* pode significar tanto 'caminho dele' quanto 'tabaco/cigarro dele'; e *wida* pode ser 'onça' ou 'barro'. Por serem esses dois traços estranhos a quem é falante somente de Língua Portuguesa, a ausência de sinais gráficos para indicá-los leva a um "aportuguesamento" na pronúncia, com o emprego de acento tônico e voz modal, como ilustrado nos exemplos a seguir:

a)	/ákobɔ/	<akoba>	→	[aku'ba] ~ [a'kuba]	'banana'
b)	/kabiɔ/	<kabia>	→	[kabi'a]	'bom dia'
c)	/dajdó/	<daydo>	→	[daj'du] ~ [raj'ru]	'tatu' <sup>6</sup>
d)	/bíó/	<bio>	→	['biw] ~ [bi'u]	'anta'
e)	/-bərə/	<bure>	→	[bu're]	'companheiro/colega'

Em relação à pronúncia dos grafemas que representam os segmentos (vogais e consoantes), a ortografia proposta por Crofts e colegas é de natureza fonêmica, ou de profundidade ortográfica rasa (KATZ; FROST, 1992); isto é, a escrita reflete tanto os fonemas quanto as variantes morfofonêmicas de morfemas, por isso os alunos habituaram-se rapidamente e conseguiam associar, com mais facilidade, as letras aos respectivos sons da língua falada.

Visando facilitar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos do Curso Língua Viva! e, assim, contribuir para a retomada da língua na TI Kwatá-Laranjal, pensou-se em uma forma de sinalizar o tom e a laringalização no vocabulário básico (descrito mais adiante), elaborado para servir de apoio à aquisição do léxico. Para tal foi necessário que se fizesse uma leve adaptação na ortografia da língua. Nossa proposta envolve o acréscimo de dois diacríticos, sobrepostos às vogais, como mostrado no Quadro 1, da seguinte forma: o acento agudo sinaliza uma vogal com tom alto; o grave, uma vogal laringalizada; e a ausência do acento marca uma vogal de tom baixo. Vogais laringalizadas sempre ocorrem com tom baixo (PICANÇO, 2005), por isso nunca haveria coincidência dos acentos grave e agudo na mesma vogal.

5. O tom alto é marcado pelo acento agudo na vogal, (´); e a laringalização, pelo til abaixo dela (y).

6. Uma das principais diferenças entre os dialetos do Amazonas e do Pará é a neutralização do contraste entre a oclusiva /d/ e o tepe /r/ no primeiro, no qual só se observa /r/ (CROFTS, 1967); essas formas com /r/ ainda circulam na comunidade.

**Quadro 1:** As vogais na ortografia Mundurukú e na escrita adaptada

Forma fonêmica	Escrita adaptada	Ortografia básica
/i, ĩ/ /í, ĭ/ /j, ĵ/	< i, ĩ > < ĭ, ĭ > < i ĩ >	i, ĩ
/e, ě/ /é, ě́/ /e, ě́/	< e, ě > < é, ě́ > < è, ě́ >	e, ě
/ə, ǣ/ /ə́, ǣ́/ /ə, ǣ́/	< u, ũ > < ú, ṹ > < ù, ṹ >	u, ũ
/a, ǎ/ /á, ǎ́/ /ǎ, ǎ́/	< a, ǎ > < ǎ, ǎ́ > < à, ǎ́ >	a, ǎ
/o, ǒ/ /ó, ǒ́/ /o, ǒ́/	< o, ǒ > < ó, ǒ́ > < ò, ǒ́ >	o, ǒ

Fonte: Autoria própria.

É importante esclarecer que essa proposta não pretende ser uma reforma ortográfica, mas uma adaptação simples, voltada exclusivamente para a organização do Vocabulário Básico para o ensino de Mundurukú para não falantes da língua na TI Kwatá-Laranjal. Inicialmente, uma versão mais concisa do vocabulário será utilizada para testarmos se a adaptação na escrita mostra-se satisfatória em termos de ensino-aprendizagem do léxico.

A cada etapa do Curso Língua Viva! tem-se como foco um vocabulário específico da língua, ligado à cultura do povo. Na primeira, foram trabalhados principalmente nomes: termos de parentesco, partes do corpo humano, plantas e suas partes, e animais e suas partes. O Vocabulário serve para acompanhar as lições e é composto por nomes com suas formas e usos frequentes, agrupados por campos semânticos, dentro dos quais podemos ter algumas subdivisões; por exemplo, na categoria “fauna”, tem-se aves, mamíferos, peixes etc., e na categoria “flora”, tem-se frutíferas, árvores maiores etc. Dentro de cada domínio semântico, os nomes são organizados em ordem alfabética pelos nomes correspondentes em Português;<sup>7</sup> para usar a terminologia típica de dicionários, cada entrada é composta pela forma correspondente em Português, seguida da forma em Mundurukú, em negrito e de acordo com a ortografia padrão, e, por fim, a mesma forma na língua, porém com a escrita adaptada, em uma cor diferente e entre parênteses.

7. O vocabulário será inicialmente organizado pelas formas em Português para facilitar a localização das palavras.

**Quadro 2:** Ilustração do Vocabulário Mundurukú com escrita adaptada

1 AVES

---

anum	<b>erĕk</b> (erĕk)
arara (gen.; vermelha)	<b>parawa</b> (parawá)
amarela	<b>karo</b> (karó)
azul	<b>ipada</b> (ipádá)
cigana	<b>xĕ</b> (xĕ)
vermelha	<b>xĕpakpak</b> (xĕpakpak)
coroca	<b>koroxe</b> (koroxé)

---

Fonte: Autoria própria.

Sabemos que não grafar o tom impõe barreiras ao processo de ensino-aprendizagem por parte dos não falantes, uma vez que, presentemente, a escrita é a fonte mais acessível para a língua falada, já que os poucos idosos que a conhecem vêm perdendo esse traço tonal por conta da idade avançada e, também, pelo uso exclusivo do Português, que é uma língua acentual. Porém, é preciso discutir as implicações que a adaptação sugerida traz para a elaboração de materiais didático-pedagógicos. Por esse motivo, a proposta tem como único objetivo o ensino do léxico e foi pensada para um contexto de revitalização. Sua principal vantagem é a marcação dos suprasegmentos importantes para a língua Mundurukú, os quais não dispõem de igual relevância na língua majoritária. Nesse sentido, os materiais produzidos seriam a principal fonte para os aprendizes que não estão habituados ao uso de uma língua tonal, que é o caso dos Mundurukú do Amazonas, falantes monolíngues em Português.

#### 4. Implicações da escrita adaptada

Há vários motivos para não se propor a inclusão dos dois diacríticos de maneira definitiva na ortografia da língua Mundurukú. A principal inconveniência ao se grafar suprasegmentos é a sobreposição de diacríticos, no caso específico, os acentos agudo e grave sobrepondo-se ao til. Essa situação ocorre quando há vogais nasais de tom alto ou simplesmente nasais laringalizadas, como em *-kũy* /-kĕj/ 'buraco' ou *wũy* /wĕj/ 'porto', que apresentam, respectivamente, a vogal nasal laringalizada /ĕ/ e a mesma vogal nasal com tom alto /ĕ/. Assim, na escrita adaptada, teríamos as formas *-kũy* e *wũy*, nas quais fica nítida a sobreposição dos diacríticos. O alfabeto Mundurukú, por si só, já demanda artifícios pouco usuais para combinar caracteres, em particular nos grafemas < ģ, ĩ, ĕ, ũ >, pois são letras que os teclados brasileiros comuns não conseguem gerar, pelo menos não com a mesma facilidade que geram < ã, õ >; digitando-se o til + *g, i, e* ou *u*, os resultados são *-g, -i, -e* e *-u*, com o til ao lado da letra. Por essa razão é comum ver os usuários da escrita, no Pará, omitirem o til em comunicações por qualquer meio eletrônico (p. ex., *ĝasũ* → *gasu* 'hoje/no momento atual'; *ajĕmjĕm* → *ajemjem* 'chegando'; *yoboĝ* → *yobog* 'é grande'), ou até mesmo substituir o til pelo acento circunflexo nas vogais (p. ex., *kawĕnwĕn* → *kawênwên* 'contando/relatando'; *ĝasũ* → *gãsû*). Se é complicado combinar o til com algumas vogais, é impraticável, pelos meios convencionais, combinar til + vogal + acento. Nesses casos, é preciso utilizar ferramentas para adicionar símbolos ou caracteres especiais sobre essas vogais. Combinar o til com outros diacríticos é um trabalho complexo, pois demanda um conhecimento específico e é, até mesmo, um exercício extenuante para os indígenas, o que causa desvantagens em termos práticos, tal como as interações através

das redes sociais. E é aí que se mostra a principal implicação de nossa proposta. Criar um teclado específico para a ortografia do Mundurukú, para uso em computadores, por exemplo, é uma solução possível, mas não é fácil e nem barata. Conseguimos apresentar, aqui, palavras de acordo com nossa proposta, embora não tenhamos o teclado específico, por isso foi e está sendo uma tarefa um tanto trabalhosa e minuciosa.

Outro motivo é a frequência com que esses suprasegmentos aparecem na língua. Vogais nasais laringalizadas são possíveis e ocorrem na língua, embora sejam raras (PICANÇO, 2005), diferentemente das vogais nasais com tom alto, que são bem mais frequentes. Esse tipo de vogal parece ser mais comum em formas verbais, bastante usadas em suas formas reduplicadas para indicar ação contínua, como *jenapõnpõn* 'fugindo', *iúmúm* 'dando algo', *ajémjém* 'chegando', *cémcém* 'saindo'. Sua ocorrência em nomes parece ser menos comum, mas podem ser encontradas em termos de parentesco e partes do corpo, como *ajúg* 'vovô', *ãwã* 'caçula da família', *áíhí* 'mãe da mãe/mãe do pai', *tũy/tũy* 'dente dele', *itaēbi* 'sobrancelha dele', *ya'ópi'á* 'ombro dele'. Também são encontradas em numerais e pronomes, como *púg* 'um/uma', *ebápúg* 'três', *púg̃põg̃bí* 'cinco', *õn* 'eu', *én* 'você'; e em palavras adverbiais, como *acá* 'somente', *g̃asú* 'hoje/no momento atual', *ibuḡún* 'na mesma hora'. Ainda que a dificuldade enfrentada no uso de vários diacríticos sobre uma mesma vogal se apresente de forma muito leve em relação às vogais nasais laringalizadas, por serem raras, as vogais nasais de tom alto são mais comuns e ocorrem em diferentes classes de palavras da língua. As vogais nasais de tom baixo, igualmente frequentes, não apresentam nenhuma dificuldade. O tom baixo não será marcado na ortografia e, portanto, não ocorrerá sobreposição de diacríticos, além do til + vogal.

Finalmente, tons e laringalização não são sempre imutáveis, ou seja, não se comportam sempre da mesma maneira fonologicamente. Fora aquelas alterações de natureza gramatical apontadas anteriormente, Picanço (2005) reporta os seguintes comportamentos fonológicos:

- ◇ Polaridade tonal: morfemas específicos recebem um tom, na superfície, contrário ao tom anterior; se este é B, o morfema receberá tom A, e vice-versa. Isso quer dizer que um mesmo morfema seria escrito ora com acento agudo, ora sem qualquer acento (p. ex., *o-núy* 'meu dente' e *océ-núy* 'nosso (excl.) dente').
- ◇ Tom B inerte versus tom B ativo: alguns tons B não afetam em nada outros tons; já outros, aqueles lexicalmente atribuídos ao morfema, causam dissimilação do tom B seguinte, incluindo o de vogais laringalizadas, que perdem a laringalização. Novamente, esse processo forçaria um mesmo morfema a ter duas formas grafadas, com e sem acento (p. ex., */-baḡ/* em *áko-bà* 'banana' e *waje-bá* 'cacau'; */-diḡ/* em *ka-diḡ* 'poeira' e *e-diḡ* 'fumaça de cigarro').
- ◇ Tom A instável versus tom A estável: a maioria dos tons A é estável, porém um pequeno grupo de morfemas, principalmente de nomes, ora são realizados com tom A, ora com tom B, quando seguidos por outro tom (p. ex., *wenúy* 'castanha' e *wenũ'íp* 'castanheira').

Compreendemos que a mutabilidade dos tons e da laringalização, se fossem marcados na escrita, teria custos cognitivos extras ao aprendizado, provocando conflitos bem maiores do que não sinalizá-los de modo algum (cf. BERNARD et al., 2002). Escrever, conforme a escrita adaptada, palavras e frases como *ka'úma* 'não', *yawéwém* 'aconselhando' ou *o'ḡúpã* 'bateu nele', com auxílio de lápis e papel, é uma tarefa simples. Entretanto, não se pode afirmar o mesmo quando se utiliza suportes tecnológicos como celulares e computadores. Do mesmo modo, compreender as funções dos dois acentos, e aplicar

as regras durante a leitura, em materiais já produzidos, também parece simples. Contudo, se os alunos, mesmo os falantes nativos, quisessem produzir novos materiais, a tarefa iria requerer conhecimentos linguísticos específicos, inibindo o uso autônomo da escrita. Para nós, esses são motivos suficientes para propor uma forma intermediária, com função única de auxiliar os Mundurukú do Amazonas no resgate da língua nessa comunidade.

#### 4. Conclusão

A língua Mundurukú na Terra Indígena Kwatá-Laranjal, no estado do Amazonas, já foi inteiramente substituída pelo português e se encontra à beira da extinção. Contudo, o povo Mundurukú vem se esforçando para mudar essa situação e, visando à revitalização da língua, programas e projetos como o Curso Língua Viva! foram criados.

No presente trabalho, discutimos a produção de materiais didático-pedagógicos para a língua Mundurukú, mais especificamente vocabulários com a proposta de se grafar ortograficamente dois traços distintivos da língua, o tom e a laringalização, por meio dos acentos agudo e grave, respectivamente; uma vez que estes não são marcados na ortografia padrão. Esta proposta tenciona ser uma simples adaptação, não uma reforma ortográfica, voltada exclusivamente para a organização do Vocabulário Básico para o ensino de Mundurukú para não falantes da língua na TI Kwatá-Laranjal, como apoio à obtenção do léxico e da pronúncia da língua. A discussão sobre marcar ou não os tons foi levantada por Crofts (1976), mas as explicações que sustentaram a não marcação não levaram em consideração o ensino-aprendizagem do Mundurukú, principalmente para os não falantes da língua, como os Mundurukú do Amazonas. Os primeiros materiais que foram produzidos em Mundurukú tinham objetivos principalmente/exclusivamente religiosos, e não o intuito de ensinar ou facilitar o processo de aprendizagem da língua, que é o principal foco deste trabalho.

Naturalmente, certas complicações aparecem no decorrer do processo. A principal delas foi a sobreposição de diacríticos, que exige um conhecimento específico e é pouco usual para a comunicação diária entre os membros da comunidade. Notou-se que há mais conveniências em marcar os tons e a laringalização graficamente em contextos de ensino da língua para não falantes do que não marcá-lo, uma vez que, para os Mundurukú da TI Kwatá-Laranjal, os materiais escritos são a principal fonte para o aprendizado da pronúncia. Qualquer um dos três suprasegmentos (nasalidade, tom e laringalização) tem valor distintivo, isto é, pode ser usado para distinguir significados; por isso todos devem ser grafados na escrita. O uso da ortografia padrão já mostrou sua forte capacidade de “aportuguesar” a fala Mundurukú, graças a não marcação de todos os três traços suprasegmentais.

Finalmente, acreditamos no potencial de nossa proposta. Ela é necessária para contextos de revitalização. O tom, principalmente, é um traço da língua que precisa ser ensinado efetivamente. Assim como a laringalização, é um dos traços mais importantes da língua Mundurukú. Se não esta, mas alguma outra iniciativa deve ser tomada com o mesmo fim. Admitimos que produzir materiais de acordo com nossa proposta não será uma tarefa fácil nem rapidamente desempenhada, mas que com certeza contribuirá grandemente na luta contra a extinção da língua na TI Kwatá-Laranjal.

## Referências

- BERNARD H. R.; MBEH G. N.; HANDWERKER W. P. Does Marking Tone Make Tone Languages Easier to Read?, *Human Organization*, Winter, vol. 61, n. 4, p. 339-349, 2002.
- BORELLA, C.; SANTOS, E. A língua Mundurukú na Terra Indígena Kwatá-Laranjal: a espera do outro. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS NA AMAZÔNIA, vol. 1, 2011, Belém. *Anais...* Belém: UFPA, 2011. p. 217-221.
- BRAUN, I.; CROFTS, M. Mundurukú Phonology. *Antropological Linguistics*, vol. 7, p. 23-39, 1965.
- CATFORD, J. C. Phonation types: the classification of some laryngeal components of speech production. In: ABERCROMBIE, D. et al. (Ed.). *In Honour of Daniel Jones: papers contributed on the occasion of his eightieth birthday, 12 September 1961*. London: Longman, 1964. p. 26-37.
- CROFTS, M. *Aspectos da Língua Mundurukú*. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 2004.
- CROFTS, M. *Gramática Mundurukú*. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1973.
- CROFTS, M. Must tone always be written in a tonal language?. *The Bible Translator*, Brasília, vol. 27, p. 127-134, 1976.
- CROFTS, M. Notas sobre dois dialetos do Mundurukú. In: SIMPÓSIO SOBRE A BIOTA AMAZÔNICA, vol. 2, 1976, Belém. *Atas...* Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Pesquisa, 1967. p. 85-91.
- FISHMAN, J. A. *Reversing language shift*. Clevedon: Multilingual Matters Ltd, 1991.
- FRANCÊS JÚNIOR, C. *Atitude linguística e revitalização da Língua Mundurukú: observações preliminares*. 2014. 106 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- GORDON, M.; LADEFOGED, P. Phonation Types: A Cross-linguistic Overview. *Journal of Phonetics*, Amsterdam, vol. 29, p. 383-406, 2001.
- GRENOBLE, L. A.; WHALEY, L. J. *Saving languages: An introduction to language revitalization*. New York: Cambridge University Press, 2006.
- HYMAN, L. M. Tone: Is it Different? In: RIGGLE, J.; GOLDSMITH, J.; YU, A. C. L. (Ed.). *The Handbook of Phonological Theory*. 2. ed. Hoboken: Blackwell Publishing Ltd, 2011.
- KATZ, L.; FROST, R. The reading process is different for different orthographies: the orthographic depth hypothesis. In: \_\_\_\_\_ (Ed.), *Orthography, Phonology, Morphology, and Meaning*. Amsterdam: Elsevier North Holland Press, 1992. p. 67-84.
- LEWIS, P.; SIMON, G. F. Assessing Endangerment: Expanding Fishman's GIDS. *Revue Roumaine de Linguistique*, vol. 2, n. 55, p. 103-120, 2010.
- LÜPKE, F. Orthography development. In: AUSTIN, P. K.; SALLABANK, J. (Ed.). *Cambridge Handbook of Endangered Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 312-336.
- PICANÇO, G. Language planning for "Mundurukú do Amazonas". *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, vol. 12, n. 2, p. 405-423, 2012.

- PICANÇO, G. *Mundurukú: phonetics, phonology, synchrony, diachrony*. 2005. 424 f. Tese (Doutorado em Linguística) – The University of British Columbia, Canadá, 2005.
- PIKE, K. L. *Tone languages*. Ann Arbor: U. of Michigan Press, 1948.
- ROBERTS, D. A tone orthography typology. In: BORGWALDT, S. R.; JOYCE, T. (Ed.). *Typology of Writing Systems*. Amsterdam: John Benjamins, 2011. p. 85-11.
- RODRIGUES, A. D. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.
- SEIFART, F. Orthography development. In: GIPPERT, J.; HIMMELMANN, N. P.; MOSEL, U. (Ed.). *Trends in Linguistics: Essentials of language documentation*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006. p. 275-299.
- UNESCO Ad Hoc Expert Group on Endangered Languages. Language Vitality and Endangerment, UNESCO, 2003. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00120-EN.pdf>. Acesso em 09 dez. 2020.
- WILKINS, D. *Linguistics in Language Teaching*. London: Edward Arnold, 1972.